

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA SOBRE AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



SIMONE REIS

simonnereis@hotmail.com

João Welliandre Carneiro Alexandre

jwca@ufc.br

MAXWEEL VERAS RODRIGUES

maxweelveras@gmail.com

Silvia Freitas

silvia@dema.ufc.br

Maria Cysne

fatimaportela@unilab.edu.br

A inclusão do estudante com deficiência no ensino superior é considerada, ainda, um grande desafio no âmbito social, político, assim como para as instituições de ensino superior. Destaque-se que foi somente a partir da década de 1980 que se iniciaram as discussões sobre o tema e houve aumento no número de acesso de estudantes com deficiência na educação superior. Pesquisas nessa direção contribuem para identificar, por exemplo, os fatores que afetam a efetiva inclusão social dos estudantes deficientes, em prol de se atingir uma educação efetivamente inclusiva. O objetivo do presente estudo é investigar como as políticas de inclusão têm sido percebidas pelos estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), tomando como caso a Universidade Federal do Ceará (UFC). A pesquisa possui abordagem quantitativa de natureza básica. Foi realizada com uma amostra de 45 estudantes com deficiência da Instituição, por meio da aplicação de um questionário estruturado na plataforma google form. O principal resultado revelado pela pesquisa foi a constatação de que as ações, serviços e tecnologias em prol da inclusão, disponibilizados pela Universidade, não têm sido suficientes para fazer com que seus estudantes

com deficiência sintam-se em igualdade de oportunidade. Os estudantes sinalizaram, inclusive, as barreiras humanas como as mais acentuadas.

Palavras-chave: Educação superior inclusiva, Estudante com deficiência, Políticas públicas no ensino superior

1. Introdução

O ensino superior no Brasil encontra-se inserido em um cenário de grandes transformações. Amplas discussões em torno dos direitos humanos e inclusão vem ganhando forças e as universidades possuem o desafio de se adaptarem às mudanças, enfrentar os desafios que lhes são lançados e avançar para a formação de uma sociedade na qual os direitos das pessoas sejam respeitados, independente de suas diferenças e especificidades.

Considerando esse momento de ampla transformação que vem ocorrendo na educação superior no Brasil, destaca-se a temática da educação inclusiva, que propõe educação para todos, de forma igualitária, e que a partir de movimentos sociais e pesquisas, tem gerado a criação de políticas públicas e ações direcionadas ao assunto, bem como tem exigido das instituições de ensino superior uma postura de adaptação diante desse novo desafio.

A história mostra que a educação superior no Brasil é caracterizada como elitista, um espaço para poucos privilegiados, onde uma significativa parcela da população era excluída e as pessoas com deficiência tinham acesso restrito. Até o início da década de 1980, poucas pessoas com deficiência tinham acesso ao ensino superior no país (MAGALHÃES, 2006).

Vogt (2002) defende a criação de políticas públicas compensatórias e de emancipação para o Brasil, considerando a necessidade de superar uma herança poderosa de problemas sociais resultantes de um longo período caracterizado por uma estrutura econômica baseada no trabalho escravo em uma sociedade colonial. O autor comprehende que as ações do governo devem contemplar políticas públicas de proteção social, a fim de que o Estado mantenha o foco em sua responsabilidade de formar cidadãos capazes de produzir essa responsabilidade.

Considerando esse cenário, esta pesquisa tem como objetivo principal investigar como as políticas de inclusão têm sido percebidas pelos estudantes com deficiência nas

Instituições de Ensino Superior (IES), tomando como caso a Universidade Federal do Ceará (UFC), e como objetivo específico identificar as principais barreiras de inclusão na percepção dos estudantes com deficiência.

No desenvolvimento deste artigo serão apresentadas as discussões sobre o perfil da pessoa com deficiência no Brasil, a educação inclusiva nas universidades brasileiras, as políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil para a pessoa com deficiência, a metodologia da pesquisa, a análise dos resultados e, por fim, as conclusões do estudo.

2. O perfil da pessoa com deficiência no Brasil e educação inclusiva nas universidades brasileiras

O novo conceito denominado ‘pessoa com deficiência’ nasceu a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da ONU. A Convenção define a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que estes impedimentos, em interação com outras barreiras, podem impedir a efetiva participação em sociedade. Araújo e Ferraz (2010) consideram que o novo conceito ultrapassa aspectos meramente biológicos, incluindo a dimensão social, reconhecendo seu relevante papel na elaboração de políticas públicas que garantam os direitos desse grupo social.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), 23,9% da população total brasileira possuem algum tipo de deficiência, essa porcentagem corresponde a 45.606.048 de brasileiros. A partir dos dados apresentados, percebe-se que o Brasil possui uma significativa população de pessoas com deficiência, correspondendo a quase $\frac{1}{4}$ (um quarto) de sua população total, situação que sinaliza para uma necessidade de implementações de políticas públicas dirigidas a essa categoria da população.

No tocante à educação, o censo apontou que a taxa de alfabetização da população total foi de 90,6%, e para as pessoas que apresentavam pelo menos uma deficiência foi de

81,7%. As regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores taxas de alfabetização em ambos os grupos (população total e pessoas com deficiência). Ao se referir ao nível de instrução, que diz respeito à proporção de pessoas com 15 anos ou mais de idade que atingiram determinada área de estudo, foi constatado que apenas 6,7% da população com deficiência possuía ensino superior.

Isto nos permite inferir que há igualmente uma necessidade latente de mais ações voltadas à educação de pessoas com deficiência, a fim de que mais indivíduos nesse grupo social possam ter acesso à educação, com oportunidade de ingressar e permanecer no ensino superior em situação de igualdade.

As primeiras universidades no Brasil surgiram no século XIX, no entanto, a expansão do ensino superior ocorreu na primeira metade do século XX e foram pensadas para atender as elites brasileiras, mantendo-se afastada das demais camadas da sociedade, bem como suas transformações e necessidades (MAGALHÃES, 2006).

Até 1980, o acesso de estudantes com deficiência no ensino superior era significativamente restrito. Foi a partir da instituição do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, em 1981, e da instituição da Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência, 1983 a 1992, que se deu início a uma discussão sobre a situação de exclusão das pessoas com deficiência, o que acarretou em um aumento no número de acesso de estudantes com deficiência no ensino superior, no entanto, não havia a preocupação com a adaptação (SASSAKI, 2001).

Magalhães (2006) caracteriza a educação superior no Brasil como um espaço no qual ainda prevalece a desigualdade e o preconceito, e explica que a inclusão está ocorrendo de forma lenta, sem mecanismos que garantam o acesso com permanência. Defende que não se trata somente de garantir vagas, e sim garantir a permanência com êxito. O autor acrescenta que para isso ocorrer, faz-se necessário a qualificação de profissionais do ensino superior e a superação de barreiras de qualquer natureza.

A quantidade de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior

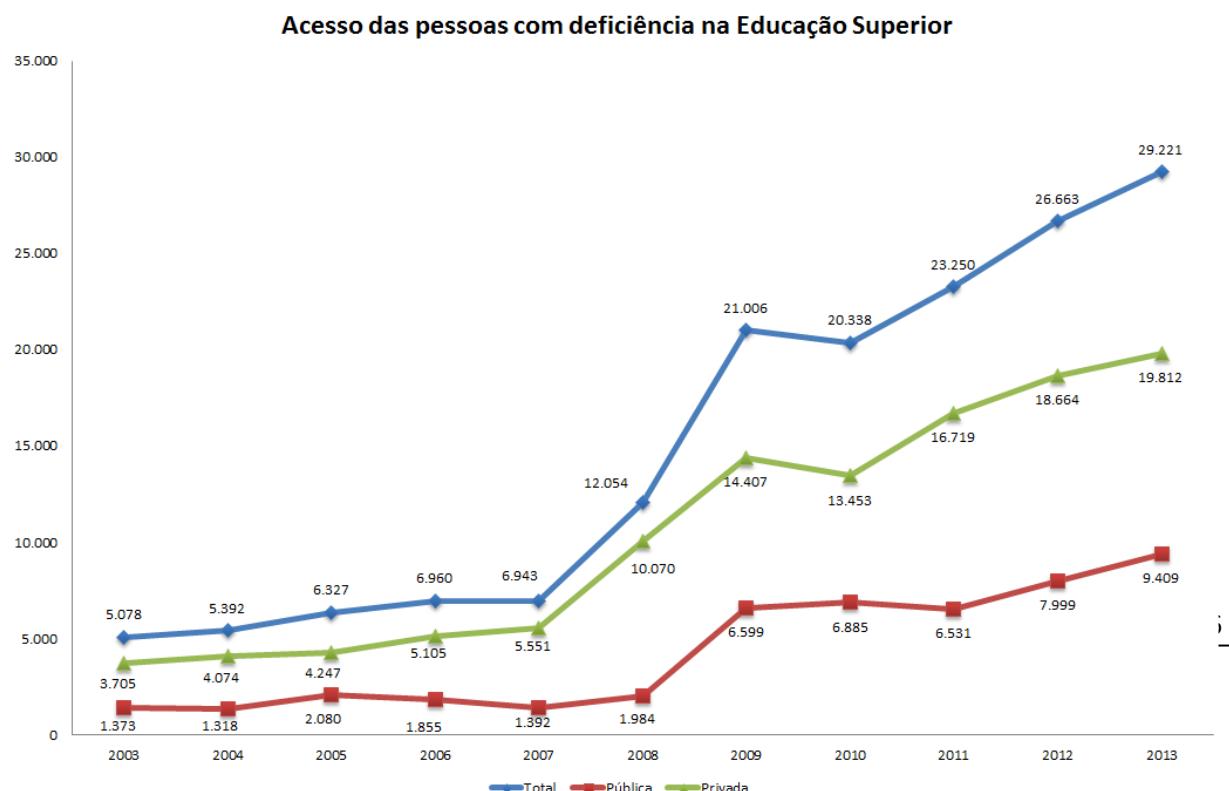
aumentou consideravelmente nos últimos anos, visualizadas no gráfico 1. Observando-se o período de 2003 a 2013, não se pode deixar de ressaltar a acentuada diferença de estudantes com deficiência matriculados nas instituições privadas em comparação às instituições públicas. Essa diferença sofreu sucessivos aumentos durante o período pesquisado, onde as matrículas no ensino superior privado passaram de 3.705, em 2003, para 19.812, em 2013, com exceção apenas do ano 2010, no qual houve um decréscimo em relação a 2009.

Reis (2017) destaca a barreira humana como um elemento fortemente apontado pelos estudantes com deficiência como essencial para que possam sentir-se em igualdade de oportunidade no ambiente acadêmico, superando as barreiras arquitetônicas.

Sassaki (2006) corrobora com Magalhães (2006) ao afirmar que não basta garantir as vagas, é preciso oferecer condições para a permanência com qualidade nas universidades e, nesse sentido, destaca a questão da formação e capacitação de professores, considerando a relevância do assunto:

A preocupação da universidade em adaptar seus ambientes físicos tem sido tão tímida quanto à preocupação em adaptar o acesso ao currículo e em preparar os professores dos cursos superiores. Na verdade, pouco se discute sobre a ideia de que todos os professores de qualquer curso universitário devem estar preparados para receber alunos com deficiência (SASSAKI, 2006, p. 41).

Gráfico 1 – Acesso de estudantes com deficiência na Educação Superior no período de 2003 a 2013



Fonte: Censo escolar MEC/INEP

Em síntese, o que os autores defendem em suas discussões é a garantia de acesso com permanência e êxito, para tanto, faz-se necessária a superação de barreiras de diversas naturezas, precisando investir em ações tais como formação de especialistas, alterações de currículo, dentre outras.

3. Políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil para a pessoa com deficiência

Souza (2006) entende que as definições de políticas públicas em sua maioria não ponderam as possibilidades de cooperação entre os governos e outras instituições e grupos sociais. A autora considera que as políticas públicas têm implicações na economia e nas sociedades, por isso, as teorias relativas às políticas públicas precisam explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. A autora define, então, política pública:

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 7).

Carmo *et al.* (2014) destacam que a partir da primeira década do século XXI, percebeu-se uma crescente busca por ingresso no ensino superior, vislumbrando-se uma formação qualificada. Diante dessa realidade, o governo federal decidiu implementar e ampliar programas de democratização do acesso ao ensino superior, o que implicou em um significativo aumento no número de estudantes ingressantes nas IES.

Dentre os principais programas, iniciativas e investimentos dirigidos ao acesso e permanência de estudantes ao ensino superior, os autores destacam o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, ainda, a ampliação do programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O PROUNI foi criado em 2004, e ainda em vigor, tem como objetivo conceder

bolsas de estudos em instituições privadas a estudantes carentes. O programa contempla, ainda, pretos, pardos, indígenas, deficientes físicos e professores da rede pública que optem por fazer cursos de licenciatura. O REUNI foi criado em 2007, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096/2007, com previsão até 2012. O programa constituiu-se como apoio à reestruturação das universidades federais, contemplando aspectos estruturais, pedagógicos e de pessoal, com o objetivo de ampliar o acesso e permanência de estudantes no ensino superior. O FIES, por sua vez, foi instituído pela Lei Federal nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e tem como fundamento liberar financiamento de estudos a alunos matriculados em instituições privadas de ensino superior, com cursos avaliados positivamente nos processos conduzidos pelo Ministério de Educação (MEC).

Carmo *et al.* (2014) acrescentam como recente instrumento de democratização do acesso ao ensino superior, a Lei nº 12.711 de 2012, denominada Lei de Cotas. A Lei prevê reserva da metade das vagas de todos os cursos e turnos nas universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, ocorrendo que parte dessas vagas é destinada a cotas raciais e étnicas: pardos, negros e índios, e outra parte aos estudantes com renda *familiar per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*. Essa Lei foi alterada pela Lei nº 13.409/2016, dispondo reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das IES federais.

Destaca-se como um programa do governo exclusivamente direcionado à causa da inclusão do estudante com deficiência no ensino superior, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Programa Incluir, criado em 2005, instituído pelo MEC, com vistas a dar suporte à criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que passariam a ser responsáveis por organizar e promover ações institucionais que garantissem a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras. A partir de 2012, os projetos das IFES passaram a ser apoiados pelo MEC com aporte de recurso financeiro previsto diretamente na matriz orçamentária das instituições, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos núcleos de acessibilidade.

Percebe-se, assim, que os programas e ações dirigidas à inclusão de pessoas com deficiência ao ensino superior vêm sendo aprimorados e que há um aparato legal dirigido às pessoas com deficiência, dando-lhes garantias a bens e serviços fundamentais quanto ao acesso à educação superior, no entanto, entende-se que há muitos desafios a superar, assim como se faz necessário que os beneficiados estejam atentos aos seus direitos e fiscalizem seu cumprimento.

4. Metodologia da pesquisa

Esta pesquisa possui uma abordagem quantitativa. Sobre a qual Ganga (2012) afirma, dentre outras características, que os fatos e os dados possuem uma realidade objetiva, as variáveis podem ser medidas, o pesquisador aplica instrumentos formais de coleta de dados e possui ponto de vista externo à organização. O estudo possui natureza básica, uma vez que objetiva gerar novos conhecimentos sobre determinado assunto, nos quais estão envolvidos verdades e interesses universais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

No tocante aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, em consonância ao que Gil (2010, p.42) declara sobre essa classificação: “as pesquisas descritivas têm com objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

O campo de pesquisa definido para este estudo foi a Universidade Federal do Ceará, sob o suporte da Secretaria de Acessibilidade da Instituição, uma Unidade criada exclusivamente à inclusão de pessoas com deficiência, responsável por estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na Universidade.

A pesquisa foi desenvolvida, com base nos objetivos da pesquisa, por meio de um questionário estruturado com questões fechadas, aplicado *online* no período de janeiro a fevereiro de 2017, organizado na plataforma *Google forms*, e respondido por 45 estudantes com deficiência, dos 71 estudantes matriculados nos cursos de graduação da Universidade, apontados pelo censo 2016 realizado pela Secretaria de Acessibilidade da Instituição.

As questões foram categorizadas em escalas com opções: 1 - nunca, 2 - raramente, 3 - algumas vezes, 4 - frequentemente e 5 - sempre. Também se utilizou as opções: 1 –

desconheço, 2 - conheço, mas nunca utilizei, 3 - conheço e já utilizei. Por fim, as opções: 1 - não satisfatório, 2 - pouco satisfatório, 3 - indiferente, 4 - satisfatório, 5 - muito satisfatório.

Após a coleta, os dados foram analisados a partir de medidas estatísticas tais como proporção, média, mediana e interpretados com o auxílio de planilhas eletrônicas.

5. Análise dos resultados da pesquisa

Serão apresentados nesta seção os resultados e interpretações obtidos a partir da investigação da percepção dos estudantes com deficiência sobre as políticas de inclusão adotadas na Universidade Federal do Ceará, destacando-se os aspectos: acessibilidade física, conhecimento e satisfação sobre os serviços disponíveis, e barreiras consideradas mais acentuadas.

5.1 Acessibilidade física

Investigando os instrumentos de acessibilidade existentes na UFC, a partir da percepção dos entrevistados, percebeu-se que as quantidades existentes não são suficientes para atender às necessidades de todos os seus estudantes com deficiência, isto considerando as críticas apresentadas pelos estudantes, assim como as dimensões físicas da UFC.

Observando o quadro 1, vê-se que as Unidades Acadêmicas estudadas da instituição possuem os instrumentos distribuídos em quantidades espaçadas, ficando muitas Unidades com ausência de equipamentos extremamente relevantes e necessários para garantir a acessibilidade de seus estudantes.

Quadro 1 – Existência de Instrumentos de acessibilidade por Unidade Acadêmica

INSTRUMENTOS DE ACESSIBILIDADE	UNIDADES ACADÉMICAS						
	CH	CC	CCA	CT	FEAAC	FACED	ICA
Rampa	X	X	X		X		
Elevador	X		X	X		X	
Reserva de vagas de estacionamento	X	X	X		X	X	
Acesso livre de barreiras	X						
Sinalização visual	X						
Sinalização tátil						X	X
Sinalização sonora	X						
Banheiro acessível	X	X	X	X	X	X	X
Hardwares	X			X			
Softwares	X			X		X	
Acessibilidade no portal da UFC	X	X		X			X
Sala de aulas com espaços reservados	X	X					
Auditórios com espaços reservados	X						
Bibliotecas com acessibilidade	X			X	X	X	
Intérprete de Libras	X						

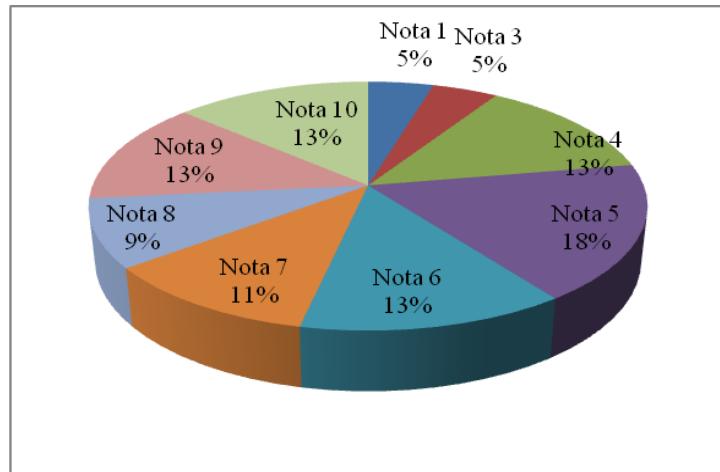
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Legenda: CH (Centro de Humanidades), CC (Centro de Ciências), CCA (Centro de Ciências Agrárias), CT (Centro de Tecnologia), FEAAC (Faculdade de Economia, Administração, Atuária e contabilidade), FACED (Faculdade de Educação), ICA (Instituto de Cultura e arte)

Curiosamente, ao se avaliar o grau de satisfação dos estudantes com deficiência quanto à acessibilidade na UFC (gráfico 2), percebeu-se que mais da metade dos estudantes, 59% (27 estudantes), atribuíram nota acima de 5 (escala variando de 0 a 10). Dado que sinaliza para uma maioria dos estudantes satisfeitos com a acessibilidade na UFC.

Diante deste resultado e reconhecendo as dificuldades e barreiras quanto à acessibilidade arquitetônica na UFC, apreende-se que os estudantes podem ter demonstrado acentuada satisfação com a acessibilidade na Universidade apenas porque têm disponíveis os equipamentos de que precisam no prédio onde estudam e, assim, analisaram toda a acessibilidade na instituição considerando apenas um recorte.

Gráfico 2 – Avaliação do grau de satisfação dos estudantes com deficiência sobre a acessibilidade na Universidade

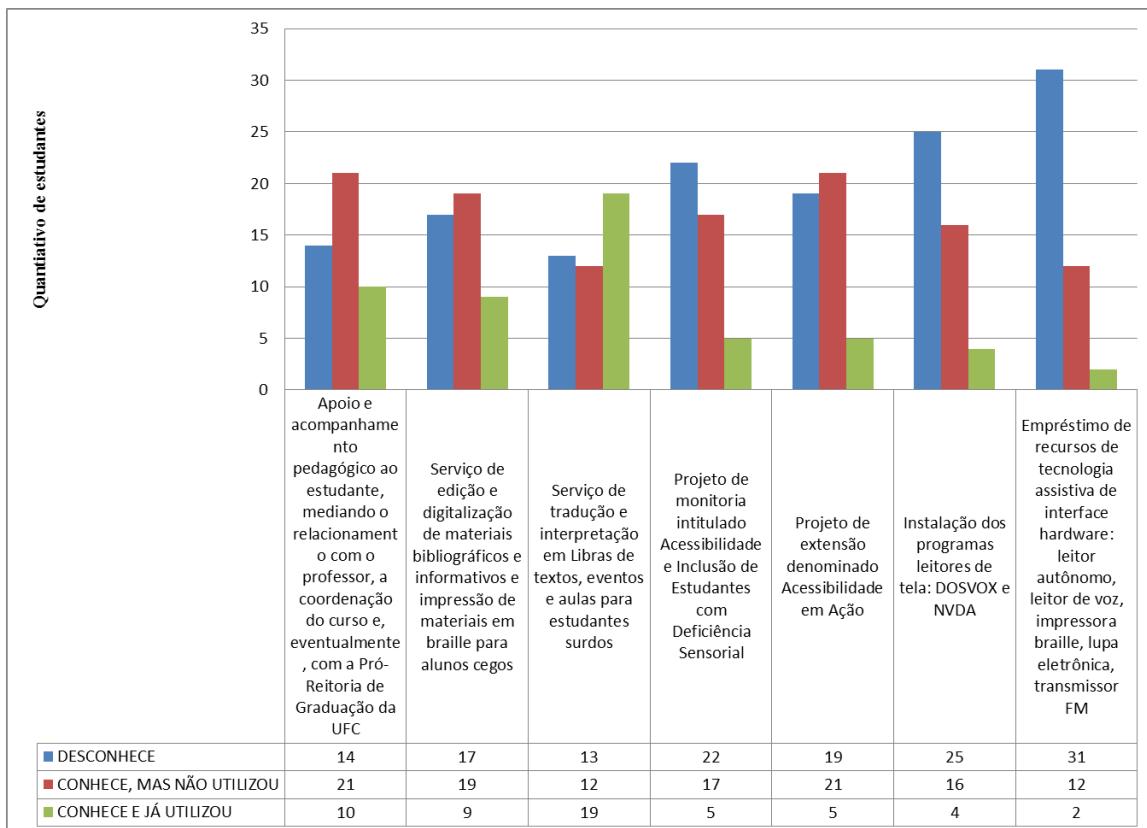


Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

5.2 Conhecimento e satisfação dos estudantes com deficiência sobre as ações desenvolvidas

No gráfico 3 estão apresentadas as ações desenvolvidas pela UFC, por meio da Secretaria de Acessibilidade, e o grau de conhecimento dos estudantes com deficiência sobre essas ações.

Gráfico 3 - Conhecimento dos estudantes com deficiência sobre os serviços e ações oferecidos pela UFC



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores
 Nota: as ações 3 e 4 foram respondidas apenas por 44 estudantes

A pesquisa apontou, conforme gráfico 3, que prevalece o conhecimento dos estudantes com deficiência nas diferentes as ações e serviços oferecidos pela Secretaria de Acessibilidade da UFC, embora deste quantitativo, um número maior sinalizou conhecer, mas nunca ter utilizado.

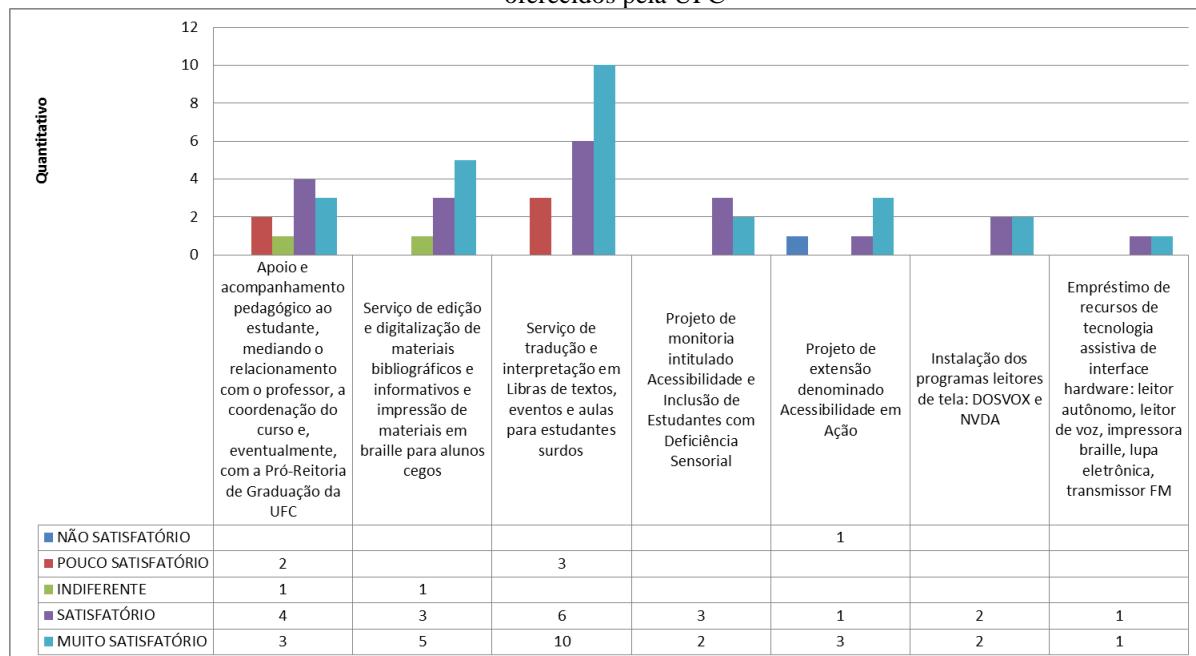
Considera-se um prejuízo a falta de conhecimento que os estudantes apontaram conhecer sobre alguns serviços, visto que tratam de ações capazes de atender a maioria das deficiências (auditiva, visual, intelectual), a saber: 'empréstimo de recursos de tecnologia assistiva de interface *hardware*' (31 estudantes) e 'projeto de monitoria intitulado acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência sensorial' (22 estudantes). O que poderia ser um diferencial não cumpre seu propósito por falta de conhecimento do seu público

alvo.

O ‘Apoio e acompanhamento pedagógico ao estudante, mediando o relacionamento com o professor, a coordenação do curso e, eventualmente, com a Pró-Reitoria de Graduação da UFC’, assim como o ‘Projeto de extensão denominado Acessibilidade em Ação’ foram apontados concomitantemente por 21 estudantes como os serviços que os estudantes mais conhecem, mas não utilizam. Entende-se um prejuízo a não utilização destes serviços, visto que participar destas ações seria uma oportunidade de trazer suas contribuições e dificuldades, contribuindo para a construção de um ambiente universitário inclusivo.

No tocante ao grau de satisfação dos estudantes que conhecem e já utilizaram os serviços oferecidos pela Secretaria de Acessibilidade da UFC, tem-se a representação no gráfico 4.

Gráfico 4 – Satisfação dos estudantes com deficiência que conhecem e já utilizaram os serviços e ações oferecidos pela UFC



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

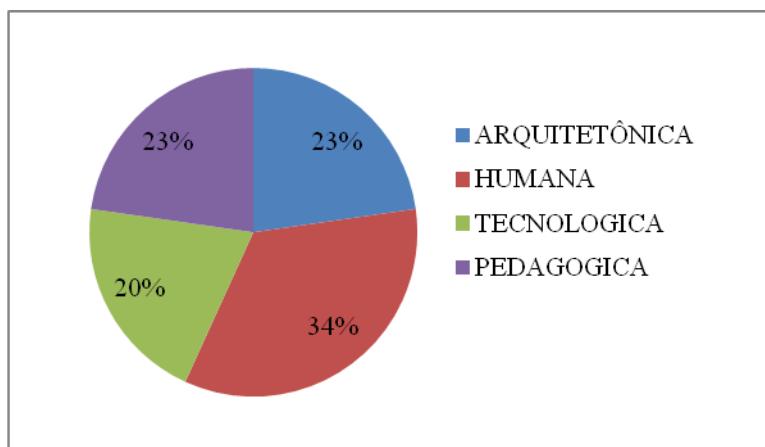
Para cada serviço analisado, evidencia-se que a maioria dos estudantes está nas

categorias “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com os serviços que conhecem e utilizaram, o que evidencia a efetividade da Secretaria de Acessibilidade da UFC na prestação de seus serviços.

5.3 Barreiras mais acentuadas

O Gráfico 5 apresenta os resultados sobre quais barreiras os estudantes com deficiência consideram mais acentuadas no ambiente universitário.

Gráfico 5 – Barreiras que os estudantes com deficiência da UFC sentem mais acentuadas



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

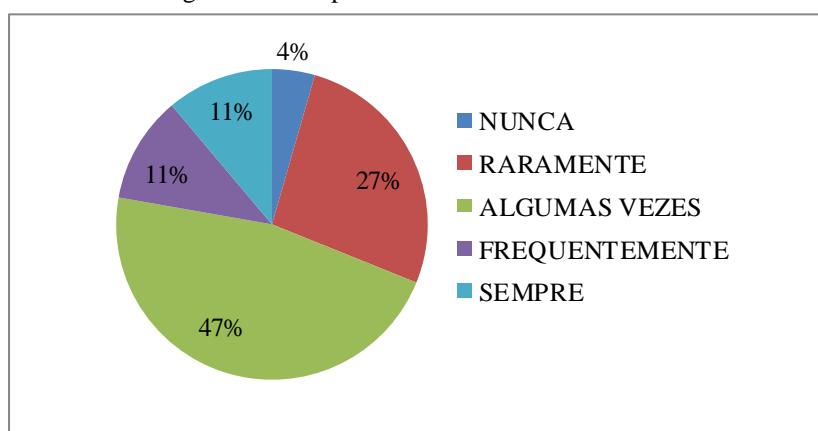
Verifica-se que a maior porcentagem, 34% (15 estudantes), aponta a barreira humana como a mais acentuada na UFC, ficando a barreira arquitetônica como a segunda mais sinalizada. Destacaram atitudes de preconceito, quer seja por parte de outros estudantes, professores ou outros indivíduos no ambiente universitário. Dentre os preconceitos citados, revelados pela pesquisa, têm-se o não reconhecimento das capacidades, o tratamento desigual, a falta de habilidade dos professores.

Observando-se os serviços oferecidos pela Secretaria de Acessibilidade da UFC que possuem relação com as barreiras humanas (serviço de ‘Apoio e acompanhamento pedagógico ao estudante, mediando relacionamentos; o Projeto de Extensão “Acessibilidade em Ação”, que promove eventos de conscientização da comunidade acadêmica quanto ao processo de inclusão), certifica-se que a maioria dos alunos conhece as ações, porém não as utilizam (gráfico 3). Com isto, se conclui que se utilizassem essas ações, os estudantes com

deficiência teriam a oportunidade de corrigir ou minimizar dificuldades em relação a esta barreira.

Sobre o sentimento de igualdade de oportunidade sentidos pelos estudantes, a pesquisa revelou que 78% (35 estudantes) sinalizaram as categorias “nunca”, ‘raramente’ e “algumas vezes” se sentirem em igualdade de oportunidade com os demais, como pode ser visualizado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Sentimento de igualdade de oportunidade dos estudantes com deficiência da Instituição



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores

Intrigante pensar que embora exista na Instituição uma Unidade destinada a ser suporte para inclusão, onde há serviços e tecnologias disponíveis, ainda assim os estudantes sintam-se instáveis em relação ao sentimento de igualdade. Enfatiza-se novamente o fator humano com maior relevância para os estudantes, em detrimento às demais barreiras.

6. Conclusão

Os resultados deste estudo permitiram conhecer a percepção dos estudantes com deficiência sobre as políticas de inclusão dirigidas a eles no âmbito da UFC. A pesquisa revelou como conclusão principal que, apesar da Universidade possuir ações, serviços e

tecnologias em prol da inclusão, percebeu-se que não têm sido suficientes para fazer com que seus estudantes com deficiência sintam-se em igual oportunidade. Fato confirmado ao destacarem as barreiras humanas como a mais relevante, superior às outras barreiras. Outro resultado relevante na pesquisa é entender a responsabilidade do agente público em informar seus estudantes sobre os serviços disponíveis, assim como incentivar sua utilização, uma vez que a maioria dos estudantes com deficiência conhece os serviços oferecidos pela Instituição, mas não os utilizam, inclusive serviços considerados essenciais no processo de inclusão.

Reconhece-se uma Universidade que possui ações e esforços em prol da inclusão de seus estudantes com deficiência e que tem avançado na construção de uma educação inclusiva, mas que tem ainda um longo caminho a percorrer nesse sentido, o que se acredita ser atingida por meio de esforços conjuntos: sociedade, governos e instituições.

Considera-se que a pesquisa prestou sua contribuição na temática em discussão, e espera despertar interesse de outros pesquisadores na continuidade de pesquisas na área, em particular, com abrangência nas Instituições de Ensino Superior. Ressalte-se que os resultados desta pesquisa referem-se a uma Universidade especificamente, o que pode não ser a realidade de outras Instituições de Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI Brasília, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09 jun. 2016.

_____. **Lei nº 10.260**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF, 12 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 09 jun. 2016.

_____. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30. ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 07 out. 2015.

_____. **Lei nº 7.612/2011**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF, 17. nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm>. Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. **FIES – Programa de Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Principais indicadores da educação de pessoas com deficiência. Censo MEC/INEP.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Programa Incluir.** Brasília. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ARAÚJO, Elizabeth Alice Barbosa Silva de. FERRAZ, Fernando Basto. O conceito de pessoa com deficiência e seu impacto nas ações afirmativas brasileiras no mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19, 2010, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

CARMO, Erinaldo Ferreira et al. **Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular.** Brasília, 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n240/04.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2015.

GANGA, Gilberto Miller Devós. **Trabalho de conclusão de curso (TCC) na engenharia de produção: um guia prático de conteúdo e forma.** São Paulo: Atlas, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Ensino superior no Brasil e inclusão de alunos com deficiência. In: VALDÉS, Maria Teresa Moreno (Org.). **Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios.** Fortaleza: EDUECE, 2006. cap. 1.

REIS, Maria Simone Oliveira dos. **Percepção dos estudantes com deficiência sobre as políticas de inclusão na Universidade Federal do Ceará (UFC).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos.** 7. Ed. Rio de Janeiro, RJ, WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** A Universidade e a pessoa com deficiência. Disponível em <<http://www.saci.org.br>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 06 out. 2015.

VOGT, Carlos. **O repto da proteção. Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico.** Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp01.htm>>. Acesso em 13 jan. 2015.